

**WORLD WIDE WEB
FOUNDATION**

DIREITOS DAS MULHERES ONLINE

BOLETIM

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) são ferramentas poderosas para atingir tudo desde rendimentos mais elevados e um acesso mais amplo a créditos, a cuidados de saúde de qualidade e prestação de contas por parte dos governos. Tendo reconhecido esta realidade, as Nações Unidas colocaram as TIC no centro dos seus novos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), levando os países a assumirem o compromisso de alcançar o acesso à Internet universal e equitativo entre os géneros e a promover o uso das TIC para o empoderamento das mulheres.

No entanto, ainda existe um enorme fosso entre os géneros que é preciso reduzir no que diz respeito ao acesso à Internet, às competências digitais e aos direitos online. No ano passado, uma [pesquisa](#) elaborada pela nossa rede de Direitos das Mulheres Online revelou extremas desigualdades de género e pobreza no empoderamento digital em áreas urbanas pobres em 10 cidades. As mulheres eram 50% menos propensas a estar online do que os homens, e 30 a 50% menos propensas a usar a Internet para o empoderamento económico e político.

A pesquisa também lançou luz sobre as causas que estão na raiz do fosso digital entre géneros: custos elevados, falta de conhecimento, escassez de conteúdos relevantes e empoderadores para as mulheres e obstáculos à livre expressão e privacidade online das mulheres.¹

A nossa primeira Auditoria sobre o Fosso Digital entre Géneros surge no seguimento dos resultados do inquérito, fazendo uma avaliação dos esforços e progressos na definição de políticas em 10 países no que toca os principais desafios identificados na nossa pesquisa. Baseámos os nossos resultados em 14 indicadores simples (descritos abaixo), para os quais existem evidências empíricas fidedignas, e a avaliação foi feita no segundo trimestre de 2016.²

AS MÁS NOTÍCIAS:

Nenhum dos 10 países visados está a fazer o suficiente para atingir as metas dos ODS até 2030. Apenas um país (Colômbia) atingiu por pouco a pontuação mínima, com um resultado global de 60%. Sem um aumento dos esforços políticos e de investimento, a maior parte dos benefícios das mudanças tecnológicas em todos os 10 países vai ser usufruída por homens – tornando as desigualdades de género maiores, não menores.

AS BOAS NOTÍCIAS:

A exclusão das mulheres da revolução digital deve-se, primeiramente, a falhas nas políticas, e estas podem ser revertidas. É possível conseguir-se um progresso rápido em todos os países através de passos simples como a redução dos custos de conexão, a introdução de literacia digital nas escolas, e a expansão de equipamentos de acesso público. Todos os boletins nacionais estabelecem cinco passos específicos para cada contexto que cada país pode dar já no próximo ano em direcção ao fim do fosso digital entre géneros.

1 Os nossos resultados são corroborados por diversos outros estudos, incluindo Intel (2013), Mulheres Conectadas da GSMA (2015), Grupo de Trabalho sobre Questões de Género da Comissão de Banda Larga das Nações Unidas (2013).

2 Uma metodologia completa está disponível no website da Fundação World Wide Web.

Medindo Progresso, Ação Motriz

PAÍSES AVALIAMOS



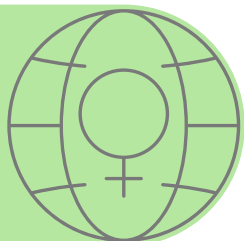
Kenya
Uganda

Mozambique
Nigeria

Ghana
Egypt

Colombia
India

Indonesia
Philippines



INDICADORES:

- Existência, nas estratégias nacionais ou nos planos de banda larga, de metas claras e calendarizadas para a equidade entre os géneros, com orçamento para a sua implementação (Fonte: Web Index com revisão recente)
- Percentagem de mulheres com acesso à Internet (Fonte: Direitos das Mulheres Online)
- Fosso entre géneros no acesso à Internet (Fonte: Direitos das Mulheres Online e Pew Global Attitudes Survey)
- Empoderamento das mulheres através da Web (Fonte: Direitos das Mulheres Online)³
- Recolha de dados desagregados por sexo a nível nacional sobre as TIC (Fonte: União Internacional das Telecomunicações)

ACESSO À INTERNET & EMPODERAMENTO DAS MULHERES

Os governos têm um longo caminho pela frente para atingir os compromissos dos ODS no que diz respeito à garantia do igual acesso às novas tecnologias a todas as mulheres e a todos os homens até 2030, e à alavancagem das TIC para empoderar as mulheres. Apesar de quase todas as mulheres que inquirimos no âmbito da pesquisa sobre os Direitos das Mulheres Online possuírem ou terem acesso a um telefone, a revolução das TIC ainda **não está a transformar** as suas vidas. Dos países observados, apenas a Colômbia, a Nigéria, a Índia e o Gana têm políticas nacionais ou sub-nacionais para encorajar maior acesso, formação, e uso da Web por mulheres e raparigas. Mas em muitos destes casos (como nos restantes países observados), não existem metas oficiais nem concretas. Um relatório do [Grupo de Trabalho sobre Questões de Género da Comissão de Banda Larga das Nações Unidas](#) revela que a vasta maioria dos Planos Nacionais de Banda Larga falha na inclusão de metas relativas ao género (2013).

Para além disso, é quase impossível ter acesso a um registo dos progressos. Actualmente, apenas 64 países submetem dados desagregados por género sobre o uso da Internet à agência da ONU responsável por monitorizar este indicador (a União Internacional das Telecomunicações, UIT). A Colômbia, o Egipto e a Indonésia são os únicos países na nossa amostra que o fazem. A UIT não tem, de todo, tipo algum de dados desagregados por género sobre outros indicadores importantes das TIC. Esta realidade tem de mudar. O ODS 17 compromete os governos a aumentarem significativamente a disponibilização de dados desagregados por género de alta qualidade, oportunos e fidedignos.



INDICADORES:

- Custos da Internet (preço de 1GB de dados móveis em proporção do rendimento mensal médio) (Fonte: UIT4 e Banco Mundial)
- Existência de políticas específicas para promover o acesso público gratuito ou de baixo custo à Internet (ex. alocação orçamental para o acesso à Internet em bibliotecas públicas, escolas e centros comunitários; provisões de espectro gratuito para Wi-Fi comunitário) (Fonte: Aliança para uma Internet Acessível, A4AI)

ACESSIBILIDADE

Os ODS comprometem os governos a empenharem-se para atingir o acesso universal e economicamente viável à Internet até 2020. Mas os **custos elevados** ainda mantêm milhares de milhões de pessoas offline. As mulheres – que globalmente ganham **quase 25% menos** que os homens – são particularmente afectadas pelos altos custos de conexão e, como resultado, enfrentam oportunidades digitais limitadas. Países como o Uganda e Moçambique, com os custos de Internet mais elevados (em proporção do rendimento médio per capita), têm os números mais baixos de mulheres online e as maiores lacunas de género relativamente ao acesso à Internet. No Uganda, 1GB de banda larga móvel custa mais de 22% do rendimento mensal médio. Em Moçambique, 1GB custa cerca de 10% do rendimento médio.

Apenas a Colômbia, a Indonésia e as Filipinas atingem as **novas metas de acessibilidade propostas** para o preço de 1GB de dados de 2% ou menos do rendimento mensal médio. O Egipto aproxima-se, com 2.15%, mas perdeu terreno desde 2014, altura em que estava abaixo do objectivo dos 2%.

A Colômbia está a fazer os esforços mais extensivos para promover o acesso à Internet gratuito ou de baixo custo, seguida do Egipto, da Indonésia e das Filipinas. Recentes compromissos no Quênia para lançar Wi-Fi gratuito em bibliotecas e em cidades a nível nacional são um sinal de progresso.

3 Este é um indicador composto que inclui dados sobre a percentagem de mulheres que utilizaram a Internet para: a) procurar emprego, b) procurar informação, c) expressar opinião online.

4 Utilizámos estimativas do preço dos pacotes de 2015 lançadas pela UIT em Julho de 2016. A versão final destes dados só estará disponível em Novembro de 2016, e poderá estar sujeita a algumas revisões. De qualquer forma achámos que seria preferível usar os dados comparáveis mais recentes disponíveis sobre preços. No entanto, os leitores deveriam observar que os preços em alguns dos países visados caíram mais ainda desde a data de publicação.



INDICADORES:

- Proporção de professores qualificados em TIC nas escolas (Fonte: UNESCO)
- Percentagem de mulheres dedicadas à investigação e desenvolvimento nas áreas da tecnologia e da engenharia (Fonte: UNESCO)
- Escolas secundárias com acesso à Internet⁵ (Fonte: UNESCO)

COMPETÊNCIAS DIGITAIS & EDUCAÇÃO

No nosso estudo, “Não saber como” usar a Internet foi a barreira mais vastamente citada por mulheres pobres de zonas urbanas que não usam a Internet. As competências digitais também são altamente críticas para maximizar os rendimentos e perspectivas de emprego das mulheres. Como Melinda Gates apontou recentemente, “as escolas públicas são o único lugar onde podemos assegurar que todos os estudantes, de todas as camadas sociais, têm uma oportunidade” para adquirir competências tecnológicas, começando com a literacia básica digital e de dados.

Por isso, observámos de perto o que está a ser feito pelos países para promover a literacia digital para todos. A Colômbia, o Egipto e a Indonésia conectaram pelo menos 50% das escolas secundárias à Internet – um primeiro passo positivo mas insuficiente. Lamentavelmente, a maioria dos países inquiridos disponibiliza pouco ou nenhum acesso à Internet em escolas, não há formação para professores em TIC, ou formação comunitária para a literacia digital, e/ou não recolhe dados para monitorizar o progresso nestas áreas.



INDICADORES:

- Disponibilidade, através das TIC, de informação de fácil utilização e localmente relevante sobre serviços e direitos de saúde sexual e reprodutiva para mulheres e raparigas (Fonte: Web Index, com revisão recente)
- Percentagem de mulheres que utilizam pessoalmente serviços financeiros móveis (Fonte: Banco Mundial – Global FinDex Database)

CONTEÚDOS E SERVIÇOS RELEVANTES

Devido ao fardo do trabalho extra não remunerado desempenhado pelas mulheres, estas não só têm rendimentos mais baixos do que os homens, como também têm menos tempo. Como resultado, o tempo e o dinheiro gastos na Internet surgem como uma oportunidade de custo elevado, e muitas mulheres entrevistadas declararam que o que encontram online simplesmente não vale o seu tempo. Apesar de existirem muitos tipos de conteúdos e serviços que podem inspirar, entreter, ou ajudar as mulheres, nós seleccionámos dois que são particularmente críticos para os seus direitos e oportunidades, e que são também directamente relevantes para as metas dos ODS: (1) disponibilidade online de informação sobre saúde sexual e reprodutiva⁶ e (2) serviços financeiros digitais⁷. O Quênia sai-se bem nesta área, com 55% das mulheres a usar serviços financeiros móveis (Banco Mundial). No entanto, o acesso a serviços bancários móveis por parte das mulheres é baixo na maioria dos outros países, bem como são também surpreendentemente escassas informações localmente relevantes e de fácil utilização sobre direitos de saúde sexual e reprodutiva.



INDICADORES:

- Até que ponto os agentes da lei e os tribunais estão a tomar acções em casos onde as TIC são usadas para cometer actos de violência baseada no género (Fonte: Web Index, com revisão recente)
- Existência e robustez de leis nacionais de protecção de dados (Fonte: Open Data Barometer)

SEGURANÇA ONLINE

As mulheres que inquirimos declararam que valorizam a Internet como um espaço para o acesso seguro e partilha de informações de qualquer tipo, e para se expressarem sem medo. Apesar de ser vital para o ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Fortes – o papel da Internet como um lugar seguro para expressão está a ser menosprezado por um epidémico assédio e violência contra as mulheres online, assim como por uma crescente intrusão no direito à privacidade dos utilizadores da Internet. Como Lyon (2003:1) observa, “A vigilância hoje separa as pessoas em categorias, atribuindo valor ou risco, de uma forma que tem efeitos reais nas suas oportunidades de vida. Ocorre uma discriminação profunda, fazendo, portanto, da vigilância uma questão não meramente de privacidade pessoal mas de justiça social.” Se estas tendências não mudarem, a disseminação das TIC pode, em última instância, reforçar padrões de subordinação feminina e silenciamento.

No entanto, os quadros legais de protecção do direito à privacidade na era digital são ineficazes ou inexistentes nos países observados. Enquanto vários países, como o Uganda, têm uma legislação pendente para proteger a privacidade de dados pessoais, é importante que esta seja revista para assegurar que é suficientemente robusta para parar a discriminação ou a repressão baseada no mau uso de dados pessoais e comunicações privadas. Adicionalmente, a resposta da lei à violência baseada nas TIC contra as mulheres continua inaceitavelmente fraca. As Filipinas são uma excepção entre os países observados, com leis específicas em vigor para as vítimas procurarem recursos legais.

5 Em alguns casos, lançar no terreno o acesso à Internet em escolas pode deixar ficar para trás os dados que os governos relatam à UNESCO para este indicador.

6 O ODS 3, Saúde e Bem-estar, compromete os países a “garantir o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, inclusive para o planeamento familiar, para a informação e para a educação” até 2020.

7 O ODS 1, Erradicação da Pobreza inclui esta meta: “Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham (...) acesso a (...) serviços financeiros, incluindo microfinanças”. O ODS 5, Igualdade de Género, também inclui uma meta sobre o acesso das mulheres a serviços financeiros.

CONCLUSÃO

A NOSSA AGENDA DE ACÇÃO: RECOMENDAÇÕES COMUNS AOS 10 PLANOS DE ACÇÃO NACIONAIS

O progresso para a igualdade de género online deve basear-se em soluções lideradas e apropriadas por actores locais dando resposta às necessidades locais. Cada um dos planos de acção dos 10 países aqui apresentados foi desenvolvido pelos parceiros nacionais da rede de Direitos das Mulheres Online, em consulta com outros agentes locais tais como oficiais dos governos, grupos comunitários e empresas, e portanto são todos diferentes. No entanto, eles têm algumas prioridades fortes em comum.

Propomos estas prioridades como um ponto de partida para uma consulta regional e global mais alargada. Trabalhando em conjunto para reduzir o fosso digital entre géneros, podemos assegurar que o poder pleno das TIC e da Internet é aproveitado pelas mulheres, colocando o seu agenciamento na vanguarda do alcance dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.

METAS

- Incorporar metas concretas de igualdade de género, suportadas por alocações orçamentais adequadas, nas políticas nacionais relacionadas com as TIC e/ou planos de banda larga.
- Monitorizar a igualdade de género na implementação de estratégias para as TIC, através da recolha de dados desagregados por género, rendimento e localização. Desenvolver indicadores quantitativos e qualitativos que meçam as iniciativas públicas de TIC e o seu impacto sobre as mulheres.

ACESSO

- Dar prioridade a reformas políticas que permitam reduzir os custos proibitivos de conexão. Trabalhar para a meta de acessibilidade da Aliança para uma Internet Acessível: 1GB de dados móveis pré-pagos a um custo não superior a 2% do rendimento mensal médio per capita.
- Expandir o acesso livre à Internet em espaços públicos, incluindo todas as escolas, clínicas, centros de emprego e centros comunitários.
- Melhorar as infraestruturas e apoiar o desenvolvimento de modelos inovadores que permitam percorrer a recta final da conectividade, incluindo por parte de colectivos e organizações de mulheres.
- Considerar medidas de acesso tendo como alvo específico as mulheres, tais como um subsídio de dados gratuito canalizado para as mulheres.

COMPETÊNCIAS

- Integrar a literacia digital básica em currículos escolares em todos os níveis – desde o primário até ao terciário – e assegurar que os professores têm qualificação e são apoiados para ensinar.
- Assegurar que a literacia digital vai para além das competências técnicas para apoiar a capacidade das mulheres e raparigas de participarem na sociedade e de fazerem escolhas de vida.
- Apoiar mulheres micro-empresárias a ganharem competências digitais.

CONTEÚDO

- Expandir a disponibilidade de serviços e dados governamentais online, assim como de canais para que os cidadãos possam interagir com líderes e agentes oficiais através das TIC.
- Dar prioridade à disponibilização de informação, serviços e produtos de fácil utilização, em línguas locais, que empoderem as mulheres e que melhorem os seus meios de subsistência.
- Examinar todos os websites governamentais para avaliar a relevância dos conteúdos para as mulheres e a sua eficácia no apoio às mulheres no acesso à informação.

DIREITOS

- Reforçar a protecção legal dos direitos e privacidade online dos homens e das mulheres, incluindo através de leis de protecção de dados mais fortes.
- Assegurar que as mulheres e raparigas sejam capazes de tomar acções legais contra perpetradores de violência online, e que a polícia e o poder judiciário tenham formação e recursos para dar seguimento a esses casos.
- Investir em larga escala em campanhas nacionais de sensibilização contínuas para erradicar a violência de género online e educar os utilizadores sobre os seus direitos, privacidade e segurança.

AGRADECIMENTOS

Esta iniciativa foi financiada pela ONU Mulheres e pela Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Sida).



A pesquisa e a análise para os boletins foram feitas juntamente com membros da Rede de Direitos das Mulheres Online (Women's Rights Online Network):

- Foundation for Media Alternatives
- Fundación Karisma
- ICT Watch
- International Association of Women in Radio and Television
- IT for Change
- Media Foundation for West Africa
- Paradigm Initiative Nigeria
- Science Innovation Information and Communication Technology Research Institute (SIITRI)
- Tadwein Gender Research Centre
- Women of Uganda Network (WOUGNET)



**WORLD WIDE WEB
FOUNDATION**